



Arrecadação de candidatos cresce 350% em agosto

No segundo mês de campanha, a arrecadação total dos candidatos cresceu 357% em comparação com julho. No primeiro mês de campanha, a receita total dos candidatos foi de R\$ 152,7 milhões. Em agosto, ultrapassou R\$ 698,3 milhões. A campanha eleitoral começou no dia 6 de julho. Os dados foram levantados pelo Tribunal Superior Eleitoral.

A participação de recursos arrecadados pelos comitês, nacionais e estaduais, também aumentou em relação ao total de receita dos candidatos. Em julho, os comitês arrecadaram R\$ 27,5 milhões — o que representava, na ocasião, cerca de 18% da receita total dos candidatos. Em agosto, os comitês somaram R\$ 154,4 milhões — equivalente a 22,1% do total das receitas arrecadadas pelos candidatos por todo o Brasil.

A estatística baseou-se nas informações da segunda prestação parcial de contas de campanha eleitoral, no dia 6 de setembro (a primeira foi no dia 6 de agosto), protocoladas por candidatos e comitês financeiros e enviadas pelos 27 Tribunais Regionais Eleitorais para a base de dados do TSE. Até agora, já foram contabilizadas cerca de 70% das prestações de contas parciais, ou seja, os números divulgados devem mudar. À medida que os TREs repassam os dados, o TSE alimenta a base de dados, disponível em seu [site](http://www.tse.gov.br).

Despesas

Em julho, as despesas dos candidatos foram de R\$ 76,5 milhões e, em agosto, chegaram a R\$ 426,5 milhões. Isso representa aumento de R\$ 457,5%.

Também houve incremento dos gastos efetuados pelos comitês dos candidatos. No primeiro mês, foram de R\$ 17,6 milhões — cerca de 25% do total de gastos dos candidatos. Em agosto, as despesas alcançaram R\$ 127,8 milhões — representando, dessa forma, 29,9% do total dos gastos dos candidatos.

Apesar disso, o caixa dos candidatos está positivo em R\$ 271,8 milhões até o momento, já que o total de despesas do período foi de R\$ 426,5 milhões e o das receitas atingiu R\$ 698,3 milhões.

Contas independentes

O TSE ressalva que, nesse segundo mês de prestação de contas parcial, ainda não se podem somar os recursos arrecadados pelo candidato com aqueles obtidos pelo comitê financeiro, para estimar o total de receitas na campanha até agora. Como o comitê repassa verbas para o candidato e este também pode captar recursos, a soma dos dois relatórios de prestação de contas poderia gerar dupla contagem.

Somente na prestação de contas final, que deve ser obrigatoriamente encaminhada à Justiça Eleitoral até 30 dias após as eleições, é exigida a indicação dos nomes dos doadores e respectivos valores doados. Com a prestação final, portanto, será possível saber o custo exato da campanha eleitoral de cada candidato.



Candidatos a presidente

Os comitês dos candidatos à Presidência da República que prestaram contas parciais informaram ter arrecadado R\$ 50,9 milhões até agosto. Em julho, essa arrecadação foi de R\$ 7,3 milhões. Já os candidatos somaram, em recursos, R\$ 20,3 milhões, contra apenas R\$ 3,8 milhões em julho.

Em relação às despesas, os comitês afirmaram ao TSE ter gastado R\$ 46,4 milhões. No primeiro mês de campanha, foram R\$ 6 milhões. Já os candidatos despenderam nos dois meses R\$ 19 milhões. No primeiro mês, esse gasto foi de R\$ 3,5 milhões.

Até agora, a única candidata à Presidência da República que não prestou contas nos dois meses foi Ana Maria Rangel.

Candidatos nos estados

Maior colégio eleitoral brasileiro, o estado de São Paulo permanece na dianteira entre as 27 unidades da federação. Em São Paulo, os candidatos contabilizaram maior receita (R\$ 117,2 milhões) e despesa (R\$ 62,1 milhões). O mesmo fato se repete no quesito receita dos comitês financeiros (R\$ 18,9 milhões) e despesas (R\$ 13,3 milhões).

Rio de Janeiro e Minas Gerais estão em segundo e terceiro lugares, respectivamente, entre os estados onde os candidatos mais arrecadaram e gastaram nesses dois meses de campanha. No Rio, os candidatos obtiveram receita de R\$ 58,2 milhões e despesa de R\$ 37,7 milhões; em Minas, receita de R\$ 56 milhões e gastos de R\$ 34,8 milhões.

Três estados da região norte do país — Acre, Tocantins e Amapá — são as unidades em que os candidatos alcançaram menor despesa e receita. Em primeiro lugar, está o Acre (R\$ 5,1 milhões em receitas e R\$ 3,4 milhões em despesas), seguido por Tocantins (R\$ 8,2 milhões em arrecadação e R\$ 4,2 milhões em gastos) e Amapá (R\$ 8,7 milhões em receitas e R\$ 5 milhões em despesas).

Comitês nos estados

Os comitês financeiros que atingiram a maior arrecadação para os candidatos foram os de São Paulo (R\$ 18,9 milhões), Ceará (R\$ 13,9 milhões) e Rio de Janeiro (R\$ 11,6 milhões). Em contrapartida, os comitês financeiros que alcançaram a menor arrecadação para os candidatos foram os da Paraíba (R\$ 215,7 mil), do Piauí (R\$ 272,2 mil) e do Distrito Federal (R\$ 382,3 mil).

Em relação às despesas dos comitês financeiros nesses dois meses, os três campeões são São Paulo (R\$ 13,3 milhões), Ceará (R\$ 13 milhões) e Rio de Janeiro (R\$ 9,6 milhões). Entre os estados com menos gastos, aparecem a Paraíba (R\$ 100,5 mil), Piauí (R\$ 208,4 mil) e Paraná (R\$ 221,4 mil).

De acordo com a Resolução 22.500/06 do TSE — que dispõe sobre a arrecadação e a aplicação de recursos nas campanhas —, gastar recursos além dos valores declarados sujeita o responsável ao pagamento de multa no valor de cinco a dez vezes a quantia em excesso. O infrator pode ainda responder na Justiça Eleitoral por abuso de poder econômico, nos termos do artigo 22, da Lei Complementar 64/90



(Lei das Inelegibilidades).

Visite o blog eleitoral da **Consultor Jurídico** [clikando aqui](#).

Date Created

12/09/2006